

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 06/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2773/2022



CNTV PARTICIPA DE REUNIÃO NO PANAMA PARA DISCUTIR CAMPANHAS SALARIAIS E FILIAÇÕES



O Diretor de Assuntos Jurídicos da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV e Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri/SP, Amaro Pereira, participou de Workshop de Monitoramento de Campanhas Sindicais em Rede

sindicatos de segurança privada, com a participação de sindicatos de El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Paraguai, Peru, Uruguai, Colômbia, Brasil e Panamá. O encontro aconteceu no Panamá e foi promovido pela Unionglobal

O que é a UNI UNIÃO GLOBAL

Com funcionários e parceiros em todo o mundo, UNI Global Union reúne trabalhadores de mais de 150 países diferentes na economia de serviços para conquistar melhores empregos e vidas melhores. A UNI ajuda os trabalhadores a construir o poder através do crescimento dos sindicatos através da organização; proteger e expandir a negociação coletiva; e



responsabilizando corporações e governos perante os trabalhadores, não apenas uma elite.

A UNI está pressionando por uma mudança no poder de corporações multinacionais para faxineiros, trabalhadores de cuidados, funcionários dos correios, especialistas em TI, atletas profissionais, impressoras, caixas, agentes de segurança, caixas de banco, funcionários de call center, roteiristas e milhões de outros trabalhadores que representamos.

FONTE: CNTV



Sind forte

Sindicato dos Empregados em Transportes de Valores, Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve (ATM),
Trabalhadores da Caixa Forte e Tesouraria Bancária (Guarda e Contagem de Valores) do Estado do Rio Grande do Norte

Convoca os trabalhadores da empresa **BRASIFORT**
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE
VALORES, para:

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do SINDFORTE-RN – Sindicato dos Empregados em transporte de valores, carro forte, escolta armada, carro leve (ATM), Trabalhadores do caixa forte e Tesouraria Bancária (Guarda e contagem de Valores), do Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ: 13.311.175/0001-61, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores da empresa BRASIFORT SERVIÇOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.263.849/0005-68, situada na Rua. Dalton Cunha, 3634 – Candelária, CEP. 59066-150 - Natal/RN. Que estão lotados na base territorial Do Estado do Rio Grande do Norte/RN para participar e deliberar na Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia: 06 de MAIO de 2022, na RUA Presidente Leão Veloso, Nº801, CEP: 59032-500, Natal/RN, na sede do SINDFORTE/RN, em primeira convocação às 19h00 horas com o quórum legal, ou às 19h30, em segunda convocação com o número de presentes interessados. A assembleia tratará da ordem do dia a seguir exposta: **a) Deliberação sobre a confirmação ou não da proposta de acordo apresentada pelo Magistrado da 11ª Vara do Trabalho**, relativa ao seguinte processo de ação coletiva dos 180 minutos após a carga horária de trabalho de Nº: 0000538-13.2021.5.21.0041 e suas respectivas execuções provisórias **b) Outros assuntos de interesse da categoria.**

RN- Natal – RN. 03 de Maio de 2022.

JOSÉ EDMILSON DE QUEIROZ

PRESIDENTE



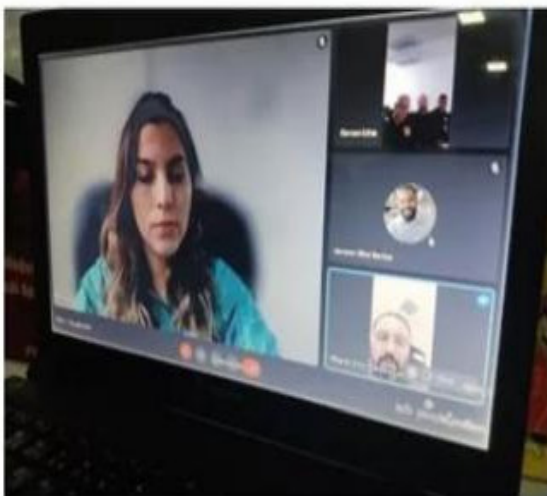
Natal/RN 06 de maio de 2022

Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN

Ano XII N. 06

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escola Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte

SINDFORTE-RN, PARTICIPA DE UMA AUDIÊNCIA ON LINE COM ASSESSORIA DO SENADOR JEAN PAUL PRATES.



O SINDFORTE-RN em conjunto com o Sindsegr e com a participação do assessor da CNTV (Confederação Nacional dos Vigilantes) Iran Marcolino, estiveram nesta manhã do dia 06 de maio de 2022 em uma audiência com a assessoria do Senador, o Srº Exmo. Jean Paul Prates, para solicitar o apoio do seu mandato em defesa da classe trabalhadora dos Vigilantes do RN e do Brasil, referente ao substitutivo da PLC 245 que se encontra nas mãos do relator o Senador Srº Exmo. Espiridião Amim, esse substitutivo prejudica e muito os Vigilantes do RN e do Brasil no tocante a sua aposentadoria especial entre outros. A assessoria do Senador Jean Paul se comprometeu em

unir forças com os outros senadores para a não aprovação do substitutivo da PLC 245.

É dever dos sindicatos de todo o Brasil, a busca da manutenção de seus direitos, pois só com a luta que se constrói, esta batalha que estamos enfrentando se compara a luta da periculosidade dos 30% aonde fizemos uma marcha com os sindicatos do Brasil rumo a Brasília, que após muitas lutas conseguimos consolidar uma grande vitória para a classe trabalhadora dos Vigilantes do Brasil e foi sancionada no dia 8 de dezembro de 2012, e se tornou lei 12.740/2012.

Vamos permanecer firmes e fortes na luta em defesa dos trabalhadores Vigilantes do Brasil.

ATENÇÃO VIGILANTES

SAIBA MAIS SOBRE O REAJUSTE DO SALÁRIO CAMPANHA SALARIAL 2022 E O PAGAMENTO DA 1ª PARCELA DO RETROATIVO

Diante de inúmeras dúvidas que ainda pairam sobre a nossa Campanha Salarial 2022, SINDESV-DF informa que o reajuste salarial foi aplicado no salário de abril/2022 e junto com esse reajuste, que é no quinto dia útil de maio vem também o pagamento da 1ª parcela do retroativo referente ao salário de janeiro.

Então fica assim:

Quinto dia útil de maio – referente ao salário de abril já reajustado mais a 1ª parcela do retroativo referente a janeiro/2022.

Quinto dia útil de junho – referente ao salário de maio já reajustado mais a 1ª parcela do retroativo referente a fevereiro/2022.

Quinto dia útil de julho – referente ao salário de junho já reajustado mais a 1ª parcela do retroativo referente a fevereiro/2022.

TOTAL DE TRÊS PARCELAS.

A partir do 5º dia útil de agosto, os vigilantes recebem apenas o salário reajustado no índice conquistado em nossa Campanha Salarial 2022.

NÃO RECEBEU O REAJUSTE? PROCURE O SINDICATO

Se você recebeu o contracheque do salário de abril, que será pago no quinto dia útil de maio, sem o reajuste do salário e sem a primeira parcela do retroativo, procure o Sindicato imediatamente para tomarmos as ações cabíveis.



Veja os valores do retroativo:

Vigilante Noturno

Janeiro: R\$ 276,72

Fevereiro: R\$ 276,72

Março: R\$ 276,72

Vigilante Noturno + intrajornada

Janeiro: R\$ 304,92

Fevereiro: R\$ 304,92

Março R\$ 304,92

Vigilante Diurno

Janeiro: R\$ 249,60

Fevereiro: R\$ 249,60

Março: R\$ 249,60

Vigilante Diurno + intrajornada

Janeiro: R\$ 274,95

Fevereiro: R\$ 274,95

Março: R\$ 274,95

Lembramos que algumas empresas já pagaram o retroativo antecipadamente.

Privatização da Vale completa 25 anos com lucros bilionários e muitos crimes

**Mineradora brasileira foi vendida em 1997 e mostrou ter
valor maior que o estimado pelo Governo à época**



**Bombeiro durante operação de salvamento após desastre ocorrido em barragem da Vale em
Brumadinho (MG), em janeiro de 2019 - Mauro Pimentel/AFP**

Há exatamente 25 anos, num leilão realizado em 6 de maio de 1997, o governo brasileiro vendeu a maior parte de suas ações da até então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). O negócio envolveu, na época, cerca de R\$ 3,3 bilhões. Transferiu o controle da companhia do governo para um grupo de empresas privadas e fundos de pensão.

O valor da venda, àquela época, já era motivo de protestos. Sua defasagem ficou mais evidente após a CVRD, depois renomeada Vale, multiplicar seu valor e seu lucro explorando

reservas ainda não precificadas.

Levando em conta o preço das ações da Vale vendidas pelo governo no leilão de 1997, a companhia valia, ao todo, R\$ 12,5 bilhões naquela época. No mês passado, o valor de mercado da mesma companhia era de R\$ 452 bilhões, segundo um estudo da consultoria Economatica realizado a pedido do G1 – valorização de mais de 3.500%.

Só no ano passado, a Vale lucrou R\$ 121 bilhões – quase dez vezes o que o governo dizia que ela valia em 1997. O ganho foi o maior

já registrado por uma empresa brasileira na história, também segundo a Economatica.

Em 2021, a empresa distribuiu a seus acionistas mais de R\$ 73 bilhões em dividendos (participação nos lucros). O governo, que vendeu seu controle da Vale por 2,4% disso, não foi beneficiado.

Hoje, o maior acionista da Vale é o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil, o Previ, e fundos de investimento estrangeiros.

O governo ainda mantém a chamada “golden share”, ou seja: pode vetar mudança da sede e venda de bens, por exemplo. Não tem, entretanto, participação acionária importante.

“Já na época da venda, havia gente estimando que a Vale valia até R\$ 100 bilhões. O preço da privatização foi subestimado”, afirmou Luiz Paulo Guimarães, coordenador nacional do Movimento pela Soberania na Mineração (MAM). “Hoje, a empresa tem lucro recorde e o governo não tem retorno com isso.”

“Independentemente do valor, alguém sabe para onde foi esse dinheiro? Ninguém”, complementa a economista e professora da Universidade Federal da Paraná (UFPR), Liana Carleial. “O Estado perdeu receita e poder de investimento a troco de nada.”

Não é só sobre economia

Guimarães, do MAM, disse ainda que a perda do Estado brasileiro com a venda da Vale vai muito além da econômica. Segundo ele, a privatização marcou o fim da participação e controle estatal sobre a mineração no país.

Ele lembra que a Constituição de 1989 proibia que empresas com capital estrangeiro explorassem minérios no Brasil. Isso mudou com a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em 1995. Essa PEC “preparou o terreno” para a venda da Vale, disse

Guimarães. Em 1997 a empresa foi privatizada sob interesses de investidores internacionais.

“A partir da privatização da Vale, o Estado deixou de ser o explorador dos recursos naturais do país. Ele virou um mero concessionário de direitos a empresas”, afirmou.

Essas empresas visam o lucro acima de tudo. Segundo Guimarães, aliás, a Vale é uma das mais dispostas a ignorar direitos na busca por dinheiro.

Em 2012, foi escolhida a pior empresa do mundo em votação promovida por organizações como Greenpeace e Declaração de Berna.

Em 2015, uma barragem de rejeitos da Samarco Mineração, empresa na qual a Vale tem participação, se rompeu em Mariana (MG), deixando 19 mortos e centenas de desabrigados. O Rio Doce, que passa por ali, foi contaminado.

Já em 2019, rompeu-se uma barragem da própria Vale em Brumadinho (MG). O desabamento matou 265 pessoas. Cinco ainda estão desaparecidas.

“É só olhar para essas tragédias e ver que a privatização foi ruim”, afirmou Carleial. “Não é questão econômica que supere isso.”

“A privatização foi um péssimo negócio”, concluiu Guimarães. “A lucratividade hoje impera sobre tudo e os resultados estão aí”

Procurada pelo Brasil de Fato, a Vale não se pronunciou.

Foto: Antonio Cruz / Agência Brasil

Fonte: Vinicius Konchinski com edição de

Felipe Mendes – Brasil de Fato

Com gestão ruim e desvio de recursos, governo quer resolver falta de creche com FGTS

Governo quer usar FGTS, a poupança do trabalhador, para pagar creche particular, mas deixa paradas obras públicas e ainda gasta com robótica em esquemas suspeitos no MEC



Em três anos e cinco meses de governo, Jair Bolsonaro (PL) não apresentou sequer uma política pública, seja de geração de emprego ou controle da inflação, mas apresentou várias propostas para usar dinheiro que pertence ao próprio trabalhador para resolver a crise econômica que piorou em sua gestão.

Neste governo todos os problemas são resolvidos com a liberação de parcelas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma poupança para quando o trabalhador ficar desempregado, que vem sendo usada para estimular o consumo interno.

A última da vez é liberar saques para que as mulheres, grupo que mais desaprova o governo, paguem creches de seus filhos ou cursos profissionalizantes.

Em resumo é o seguinte. Como o governo é incompetente para gerir obras e cúmplice da corrupção dos aliados, paralisou obras

prioritárias para a educação brasileira como a construção de creches e, paralelamente, liberou recursos da educação, via emendas do relator, esquema sem transparência que montou com o Centrão, para a compra de kits robótica para escolas sem internet ou construção de escolas fakes. A maioria dos recursos para esses kits inúteis foi para Alagoas, reduto eleitoral do aliado Arthur Lira (PP), presidente da Câmara dos Deputados, e Piauí, reduto do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), chefões da bancada do Centrão que manda no governo.

A decisão de Bolsonaro de atacar mais uma vez a poupança do trabalhador ao invés de apresentar políticas públicas e garantir obras como as de creches, está no texto da Medida Provisória (MP) 1116/2022, que cria o Programa Emprega + Mulheres e Jovens.

Mais uma vez o governo ignora que em média, 79% das contas individuais do FGTS têm

apenas de R\$ 175 de saldo. Ou seja, a MP vai desfalcar o saldo do Fundo, utilizado em caso de desemprego e na compra da casa própria, e não vai resolver o problema de quem não tem dinheiro para pagar uma creche particular.

“A medida tem pouco impacto nas vidas das pessoas, mas representa uma saída de recursos para o FGTS, que pode se agravar durante a tramitação da MP”, diz Clovis Scherer, economista do Dieese que assessora a CUT Nacional no Conselho Curador do Fundo.

Segundo ele, existem inúmeros projetos de deputados que autorizam o sague para gastos com casamento, escola privada dentre outros, que fogem totalmente do escopo do FGTS, que foi criado para ser uma poupança para o trabalhador na hora do desemprego e para a compra da casa própria.

AMP é um desastre porque o governo vai ficar sem moral para impedir medidas eleitorais e pedir responsabilidade dos parlamentares no uso do FGTS- Clovis Scherer

Outra crítica do economista é que o olhar do governo Bolsonaro mais uma vez é privatizante, já que não constrói creches e passa a responsabilidade para o trabalhador que tem de pagar para deixar o filho numa instituição privada.

“O FGTS não é do governo, é do trabalhador e da trabalhadora e Bolsonaro está dizendo ‘vou resolver o problema de vocês, que o governo mesmo criou, com o dinheiro de vocês’”, afirma.

Para o economista, o governo Bolsonaro mais uma vez coloca a mão no bolso do trabalhador, por não ter capacidade e competência para gerar emprego e renda. “O dinheiro do trabalhador se torna a solução do problema do governo”, critica Scherer.

Próximos passos

A liberação do FGTS só será feita após análise do Conselho Curador do Fundo (Condefat), formado por representantes dos trabalhadores, entre eles um da CUT, empresários e o próprio governo, que formalizará a forma de saque e Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

em quantas parcelas poderá ser feito, entre outras regulamentações.

“Como é uma Medida Provisória, o Conselho tem de acatar a lei, mas ainda não foi definido nenhum prazo para formalizar essa regulamentação. Não se sabe se há urgência por que a MP não estipula um prazo e, portanto, é preciso que o Grupo de Apoio Permanente (GAP) do Condefat examine essa questão para deliberação da direção”, explica Scherer.

A Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) diz que este governo não vai alcançar a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), construído no governo Lula (PT), de até 2024 colocar em creches 50% das crianças de zero a três anos. Hoje apenas 35% estão matriculadas.

Pelo PNE, o Brasil teria de atender 50% (2,2 milhões) das crianças de zero a três anos, com creches, até 2024. Hoje está em 35%, pontua Heleno

“Será impossível alcançar esta meta, por causa das decisões políticas de Bolsonaro e, agora, por causa dos desvios de dinheiro. A CNTE sempre criticou a definição de políticas e programas sem ouvir os educadores, as entidades representativas, e é isto que o governo Bolsonaro faz. Ele não dialoga com a categoria. Sempre há decisões e programas longe da realidade, de imposição política, de interesses de pessoas que não têm compromissos com a educação”, diz o Heleno Araújo, presidente da CNTE.

Tramitação de uma MP

Assim que é editada, uma MP começa a valer, mas o Congresso Nacional tem de aprovar a medida. A validade da MP é de 90 dias. Para aumentar esse prazo e se tornar lei precisa passar pela aprovação do Senado e da Câmara Federal.

**FONTE: CUT - Escrito por: Rosely Rocha |
Editado por: Marize Muniz**

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF